

ORGANIZAÇÃO
Bruna Nowak

COORDENAÇÃO
Christine Oliveira Peter da Silva
Estefânia Maria de Queiroz Barboza
Melina Girardi Fachin

CONSTITUCIONALISMO *feminista*

PREFÁCIO
Ministra Rosa Weber

2019

 EDITORA
*Jus*PODIVM
www.editorajuspodivm.com.br

SUMÁRIO

1	
A INTEGRAÇÃO DA MULHER NAS FORÇAS ARMADAS	29
<i>Maria Elizabeth Guimarães Teixeira Rocha</i>	
I. A evolução histórica da participação feminina nas Forças Armadas.....	29
II. A integração da mulher nas Forças Armadas Brasileiras	39
III. Conclusão.....	44
IV. Referências bibliográficas	51
2	
A ÚLTIMA CONSTITUINTE BRASILEIRA, AS BRAVAS MULHERES E SUAS CONQUISTAS	53
<i>Daniela Urtado e Danielle Anne Pamplona</i>	
I. Introdução.....	53
II. Da necessidade de uma nova epistemologia.....	54
III. A Assembleia Constituinte e as mulheres.....	61
IV. Conclusões	65
V. Referências bibliográficas	66
3	
AUTONOMIA PRIVADA: ENTRE CORTES E LEGISLADORES	69
<i>Marina Bonatto e Katya Kozicki</i>	
I. Introdução.....	69
II. Igualdade de gênero e direito ao aborto	71
III. Democracia constitucional e autonomia privada	73
IV. Considerações finais: entre cortes ou legisladores	81
V. Referências.....	84
4	
“CARTA DAS MULHERES” PARA O MUNDO? O DIREITO DAS MULHERES NA INTERSECÇÃO ENTRE O DIREITO INTERNACIONAL, A JURISPRUDÊNCIA DA CORTE IDH E O DIREITO CONSTITUCIONAL BRASILEIRO.....	87
<i>Jânia Saldanha</i>	
Introdução.....	88

Parte I: A proteção internacional: da desigualdade ao reconhecimento e ao enfoque das capacidades	89
I.1. Da desigualdade como base dos movimentos feministas aos marcos normativos internacionais precursores da proteção aos direitos das mulheres.....	89
I.2. A busca da expansão depois do fim da guerra fria: reconhecer e enfocar nas capacidades	95
Parte 2: A proteção dos direitos das mulheres na jurisprudência inovadora da CrIDH e no direito constitucional brasileiro	102
II.1. A jurisprudência da Corte IDH: uma proteção plural e de vanguarda .	102
II.2. A permeabilidade entre o constitucional e o convencional para a proteção dos direitos das mulheres: o papel das mulheres para a transformação do direito constitucional do Brasil.....	110
Considerações Finais.....	112
Referências bibliográficas	113

5

CONSTITUCIONALISMO BRASILEIRO E A REGRA DE JULGAMENTO PARA AS DECISÕES DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL: MAIORIA OU SUPERMAIORIA?	119
<i>Paula Pessoa Pereira</i>	
I. Observações iniciais.....	119
II. Constitucionalismo brasileiro e a regra de julgamento para as decisões do Supremo Tribunal Federal: um debate legislativo.....	121
III. Constituição de 1934: os debates constituintes e a regra supermajoritária como proposta para o Supremo Tribunal Federal	125
IV. Maioria absoluta como regra de julgamento na tomada de decisão coletiva pelo Supremo Tribunal Federal	141
V. Discussão no campo doutrinário acerca do desenho institucional da regra majoritária para a jurisdição constitucional	142
VI. Considerações finais	149
VII. Referências Bibliográficas	150

6

CONSTITUCIONALISMO E A CONDIÇÃO FEMININA MULHER, FEMININO DE HOMEM (ART. 5º, I).....	153
<i>Maria Garcia</i>	
I. Hipátia de Alexandria (370-415)	153
II. O Constitucionalismo do século XVIII	156
III. “Declarando os direitos das mulheres”	156
IV. A condição feminina	158
V. <i>Mulher, feminino de Homem</i> (Constituição, art. 5º, I).....	161

VI. Iguais e diferentes.....	163
VII. “Mais que uma questão de gênero”	164
VIII. Referências bibliográficas	166

7

DIÁLOGOS SOBRE O FEMININO: A PROTEÇÃO DOS DIREITOS HUMANOS DAS MULHERES NO BRASIL À LUZ DO IMPACTO DO SISTEMA INTERAMERICANO	167
---	------------

Flávia Piovesan e Melina Girardi Fachin

I. Introdução.....	167
II. A paisagem contemporânea do direito à igualdade no Direito Internacional dos Direitos Humanos: identidade, diferença e igualdade.....	169
III. Somando Forças para Fortalecer direitos: diálogos.....	174
IV. Paisagem Internacional dos Direitos Humanos das Mulheres: o combate à violência	179
V. Contribuições do Sistema Interamericano: impactos dos casos <i>Campo Algodonero</i> e <i>Maria da Penha Maia Fernandes</i>	183
VI. Conclusões	189
VII. Rol Bibliográfico	192

8

DIREITOS FUNDAMENTAIS, POLÍTICAS PÚBLICAS, INFORMAÇÃO E DESIGUALDADE	195
---	------------

Ana Paula de Barcellos

I. Introdução	195
II. O desafio da transformação da realidade.....	198
III. 30 anos da Constituição: levando a sério o direito à informação acerca das políticas públicas e sua execução. A desigualdade.....	202
III.1. A questão da fixação e divulgação de metas concretas e mensuráveis para as políticas públicas	206
III.2. Exigibilidade de sistemas de monitoramento dos resultados desagregados das políticas públicas.....	208
IV. Conclusão.....	212
V. Referências bibliográficas	213

9

FEMINISMO ESTATAL, INJUSTIÇAS METAPOLÍTICAS E A FORMAÇÃO DO ROL DE LEGITIMADOS DO CONTROLE CONCENTRADO DE CONSTITUCIONALIDADE	215
--	------------

Cecília Caballero Lois e Carolina Soares Castelliano Lucena de Castro

I. Introdução.....	215
--------------------	-----

II. A construção do rol de legitimados e a participação das mulheres além dos números	221
III. Acesso ao controle concentrado de constitucionalidade e ameaça aos direitos das mulheres	229
IV. Conclusão.....	234
V. Referências.....	236

10

INTERPRETAÇÃO CONSTITUCIONAL FEMINISTA E A JURISPRUDÊNCIA DO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL	239
--	------------

Larissa Tomazoni e Estefânia Barboza

I. Introdução.....	239
II. Interpretação constitucional feminista	241
III. A interpretação com perspectiva de gênero no supremo tribunal federal	242
IV. Considerações finais	251
V. Referências bibliográficas	251

11

“MEU CORPO, MINHAS REGRAS”: A JUDICIALIZAÇÃO DOS DIREITOS REPRODUTIVOS DA MULHER NO SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL À LUZ DA LEGAL MOBILIZATION	253
---	------------

Flávia Danielle Santiago Lima

I. Introdução: autonomia, igualdade e direitos reprodutivos para as mulheres	253
II. “Nosso corpo nos pertence”: do controle populacional à agenda feminista na afirmação dos direitos reprodutivos das mulheres	256
III. (In)ação dos poderes majoritários e baixa efetividade dos direitos reprodutivos no Brasil: limitações legislativas e repercussões nas políticas públicas de planejamento familiar pós-1988	259
IV. Judicializando ou mobilizando direitos? O judiciário como parte da estratégia dos grupos vulneráveis	267
V. Os direitos reprodutivos no STF: uma análise dos tramites da ADI nº 5.097 e ADI nº 5911	271
VI. Vez e voz às mulheres? Limites e possibilidades da judicialização dos direitos reprodutivos.....	276
VII. Referências.....	280

12

O SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL ANTE OS DIREITOS TERRITORIAIS DOS POVOS ORIGINÁRIOS: ASPECTOS DE UM CONSTITUCIONALISMO COLONIAL/PATRIARCAL	285
--	------------

Sandra Nascimento

I. Introdução	285
II. Patriarcado e matriz moderno/colonial do poder jurídico na América indígena.....	289
III. Sobre o colonialismo e colonialidade do poder: aspectos da racionalidade jurídica moderno/colonial e a episteme patriarcal do Supremo Tribunal Federal	294
IV. Considerações finais	302
V. Referências bibliográficas	305

13

OS DIREITOS FUNDAMENTAIS DAS MULHERES NA CONSTITUIÇÃO DE 1988 309

Christine Oliveira Peter da Silva e Talita Ferreira Guindani

I. Prolegômenos.....	309
II. Por uma teoria feminina da Constituição	310
III. Ressignificando as ondas do feminismo em face das dimensões dos Direitos Fundamentais	314
III.1. Primeira onda do movimento feminista e os direitos fundamentais de primeira dimensão.....	314
III.2. A segunda onda do movimento feminista e os direitos fundamentais de segunda dimensão.....	318
III.3. A terceira onda do movimento feminista e os direitos fundamentais de terceira dimensão.....	320
IV. Direitos fundamentais das mulheres na jurisprudência constitucional brasileira.....	325
V. Conclusão.....	332
VI. Referências Bibliográficas	334

14

POLÍTICAS PÚBLICAS DE AÇÕES AFIRMATIVAS: IGUALDADE, SOLIDARIEDADE, ALTERIDADE – LIMITES..... 337

Regina Maria Macedo Nery Ferrari

I. Limite aos direitos fundamentais.....	337
II. Igualdade substancial, material e formal.....	342
III. Critério discriminatório	343
IV. Ações afirmativas: efetivação/solidariedade	346
V. Políticas públicas para ações afirmativas – limites	354
VI. Referências.....	357

POR UMA LEITURA MORAL DOS “DOMÍNIOS DA VIDA”: UMA INTERPRETAÇÃO NÃO MORALISTA SOBRE O ABORTO.....	359
<i>Estefânia Maria de Queiroz Barboza e Vera Karam de Chueiri</i>	
I. Introdução.....	359
II. A dignidade da pessoa: liberdade e igualdade	361
III. Democracia e igualdade	363
IV. A leitura moral e a Jurisdição Constitucional.....	366
V. Direitos morais na Constituição de 1988.....	369
VI. A leitura moral da Constituição de 1988 nos casos de direitos fundamentais das mulheres	370
VI.1. ADI 3510.....	371
VI.2. ADPF 54	374
VI.3. RE 778.889	376
VI.4. ADPF 132.....	377
VII. Considerações Finais.....	377
VIII. Referências bibliográficas	381